

---

**“O Brasil não pode parar”:  
Necroliberalismo e convite à desobediência civil  
nos discursos Bolsonaristas durante a Pandemia COVID-19.<sup>1</sup>**

Luana Alahmar<sup>2</sup>

Escola Superior de Propaganda e Marketing, (ESPM), São Paulo/SP

### **Resumo**

O presente artigo tem a intenção de analisar o discurso na campanha do governo federal intitulada “O Brasil não pode parar” - veiculada durante a pandemia COVID-19 no Brasil - e seus desdobramentos nas manifestações e carreatas pela “reabertura do comércio” de seguidores Bolsonaristas. A intenção desta investigação é relacionar os conceitos de Bipolítica, Neoliberalismo e Necropolítica com os elementos presentes na campanha, bem como no discurso do atual presidente Jair Messias Bolsonaro e dos seus simpatizantes, compreendendo também o uso do “nós *versus* eles” como estratégia de governamentalidade. Para a composição da pesquisa foram mobilizados autores como Michel Foucault, Dominique Maingueneau, Hannah Arendt, Patrick Charaudeau, José Van Dijck, Achille Mbembe, Ernesto Laclau e Tânia Hoff.

### **Palavras-chave**

Biopolítica; Necroliberalismo; Pandemia; Comunicação; Bolsonarismo

### **A advento da Pandemia no contexto brasileiro**

Com a chegada do COVID-19<sup>3</sup> um novo cenário manifestou-se e fez emergir mudanças em diferentes esferas da sociedade, incluindo a conjuntura política, formas de consumo e sociabilidade, interações midiáticas e práticas culturais. Por seu impacto global – no sentido econômico, mas principalmente sanitário - algumas medidas foram indicadas pela OMS<sup>4</sup>, como o distanciamento social - visando uma redução do contágio do vírus, acarretando práticas como fechamento parcial<sup>5</sup> do comércio, uso obrigatório de máscaras em estabelecimentos públicos e comerciais, isolamento por parte da

---

<sup>1</sup> Artigo enviado ao XXI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação para a avaliação do DT 8 -Estudos Interdisciplinares: GT de Políticas e Estratégias de Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do PPGCOM (ESPM – SP) em comunicação e práticas do consumo, graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda. Atua também como estrategista na consultoria de branding e gestão iN marcas. Email: [luanaalahmar@gmail.com](mailto:luanaalahmar@gmail.com). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

<sup>3</sup> Fonte: <https://covid.saude.gov.br/> definição completa. Visitado em 10/06/21

<sup>4</sup> Sigla para a Organização Mundial de Saúde.

<sup>5</sup> Decreto número 64.881, 22 de março de 2020, do Estado de São Paulo Fonte: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/decreto-quarentena.pdf> com fechamento parcial do comércio e exceção para serviços essenciais. Acessado em 09/07/2021.

população, adoção de *home office* pelas empresas e uso do EAD <sup>6</sup>por escolas e universidades. No que tange o papel midiático e publicitário jornalístico, pode-se observar:

Discussões polarizadas sobre o “isolamento social” e a necessidade de “achatar a curva”, bem como sobre os “grupos de risco”, ganharam visibilidade midiática. A mídia jornalística passou a realizar uma série de convocações: por meio de comentários dos especialistas em saúde pública, aconselhando os indivíduos a se absterem de determinadas práticas sociais. Ao mesmo tempo, fomentava uma conectividade permanente “vendendo” a informação como a melhor prevenção contra o coronavírus, ao passo que considerava a desinformação (que povoava sites e blogs para prescrever os mais criativos tratamentos caseiros para a doença) como prejudicial à ordem pública. (FOUCAULT, 2013, apud HOFF, FRAGA, HOLTZ, 2020).

E o cenário brasileiro ganha holofote por ter sido um dos mais afetados, pois:

(...) além da postura negacionista, em termos de discurso público, por parte do presidente Jair Messias Bolsonaro, e de seu núcleo político mais próximo, o Brasil também teve vários percalços na condução da crise. Entre os meses de abril e maio de 2020, o país chegou a ter três diferentes ministros da saúde – os médicos Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich e o general Eduardo Pazuello – e tal fato gerou uma grande instabilidade a respeito do funcionamento da pasta e do atendimento das demandas da população (LEAL, NETO, 2021).

Entretanto, o posicionamento ficou evidente nos discursos do presidente Jair Bolsonaro que indicou – desde o início da pandemia – uma postura de redimir a gravidade das questões de saúde pública impactadas pela pandemia e aversão às medidas “impostas” pela OMS e adotadas por governos de outros países, reforçada nas comunicações pelos veículos midiáticos e até mesmo em convocações de marcas em suas campanhas publicitárias. Essa incompatibilidade ficou ainda mais clara com os conflitos entre governo federal e governos estaduais, como por exemplo, a “batalha” entre o Governador do Estado de São Paulo João Dória que se posicionou inúmeras vezes contra o discurso do presidente em relação a pandemia.

O que instigou e culminou a realização deste artigo foi entender a relação do discurso publicitário da campanha do governo federal com a intenção de alertar cidadãos sobre a crise econômica negando a crise sanitária, ou seja, uma contradição entre silenciar uma enquanto aparenta a outra, medida que inclusive se assemelha a governos totalitaristas, como abordaremos mais à frente.

---

<sup>6</sup> Sigla para Ensino à distância

---

Para compor o artigo que tem a intenção de ter um caráter mais ensaístico do que conclusões fechadas, foi selecionado um método híbrido composto por uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de mobilizar os referenciais teóricos que irão compor uma ótica de análise sobre a campanha e análise de discurso, uma pesquisa de contextualização que se faz relevante para a construção de cenários importantes para a problemática investigada e por fim uma análise do discurso, da linha francesa, que:

(...) busca compreender como um discurso funciona, ou seja, que sentidos estão sendo produzidos, quem são os sujeitos que falam e que posições eles ocupam para enunciar, para quem esses sujeitos estão falando, como os diversos discursos estão sendo articulados, quais são os modos de controle do poder-dizer. (ORLANDI, 1996, p.7)

### **Biopoder e Biopolítica na Pandemia**

Um dos conceitos que transcorrem toda a pesquisa é o de biopolítica. Contudo, para sua compreensão é preciso elucidar a ideia de Biopoder – termo criado por Foucault – para se referir à prática dos Estados modernos e sua regulação do que a ele estão sujeitos por meio de uma “explosão de técnicas numerosas e diversas para obter a subjugação dos corpos e o controle de populações” (FOUCAULT, 1977). A expressão é utilizada principalmente em referência a práticas de saúde pública, regulação de hereditariedade entre outros – e está intimamente ligada ao conceito de Biopolítica. Na visão do autor, Biopolítica é um estilo de governo que regulamenta a população por meio do biopoder, ou seja, “a aplicação e impacto político sobre todos os aspectos da vida humana” (FOUCAULT, 1999).

O Biopoder, na visão do autor, trata o poder político como responsável por assumir a tarefa de gerir a vida, de modo que sua “(...) função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida de cima a baixo” (FOUCAULT, 1999, apud HOFF 2016, p.131). No caso do Brasil, uma das medidas de retenção do contágio consideradas para gerir a crise de saúde pública foi a “quarentena”. Em uma perspectiva histórica, segundo os estudos de (FOUCAULT, 2013, apud HOFF, FRAGA, HOLTZ, 2020) a “quarentena” seria a “estratégia” adotada como a principal “arma” contra o novo coronavírus – além de ser uma técnica de controle epidemiológico criada desde a época da Peste Bubônica do século XIV.

E qual a relação de Biopoder e Biopolítica?

Na biopolítica, a razão de ser do poder é aquela de garantir e multiplicar a vida da espécie, a força da população, o que não quer dizer que a morte, ou o poder de morte, não estejam também implicados. Mas “...de

---

que modo um poder viria a exercer suas mais altas prerrogativas e causar a morte se o seu papel mais importante é o de garantir, sustentar, reforçar, multiplicar a vida e pô-la em ordem?” (FOUCAULT, 2013, apud HOFF, FRAGA, HOLTZ, 2020).

A intenção de relacionar o artigo com os conceitos de biopoder e biopolítica passa por considera-los cruciais para a compreensão da estratégia de discurso utilizada durante a pandemia, com um olhar para “a biopolítica na pandemia” as discussões e decisões sobre o isolamento social vertical ou horizontal, sobre restrições ou não à circulação das pessoas, ou sobre a alocação de recursos para o enfrentamento da pandemia, portanto, discursos e ações públicas que, levados às últimas consequências, implicam em definir quem deve viver e quem pode morrer.

### **Do neoliberalismo à necropolítica**

Faz-se também necessário contextualizar o olhar dado à pesquisa com o conceito de “neoliberalismo”, que abrange um conjunto de práticas políticas, econômicas e sociais específicas que o delimitam, o implantam e o mantêm. Historicamente, neoliberalismo é apresentado como uma contrarresposta às políticas do Estado de bem-estar social, do socialismo e do keynesianismo<sup>7</sup>, dos pactos sociais efetuados na 1ª e 2ª Guerras Mundiais e do aumento de intervenção da administração federal, por meio dos programas econômicos e sociais, no século XX (FOUCAULT, 2008). O termo foi idealizado após a crise passada pelo liberalismo clássico, em “decorrência da aplicação deste não acompanhar os avanços industriais e financeiros que o mercado passava ao final do século XIX e início do século XX (DARDOT E LAVAL, 2016).

A relevância do neoliberalismo para o tema se dá por ele retirar o conteúdo político dos problemas socioeconômicos e lançar a responsabilidade de tais problemas para os próprios indivíduos que, sendo “*self* empreendedores – empresários de si mesmos” (característico ao sujeito neoliberal), devem assumir os ganhos e as perdas de suas “escolhas” (GEFAELL, 2015). Assim, é criado o mito de liberdade (para trabalhar e empreender) acompanhado de políticas públicas superficiais (e ineficazes) que tornam o excluído como responsável pelos seus males.

---

1. <sup>7</sup> conjunto das teorias e medidas propostas pelo economista britânico John Maynard Keynes 1883-1946e seus seguidores, que defendiam, dentro dos parâmetros do mercado livre capitalista, a necessidade de uma forte intervenção econômica do Estado com o objetivo principal de garantir o pleno emprego e manter o controle da inflação. Fonte: Wikipedia, acessado em: 06/08/2021.

---

Nesse sentido, seria de “responsabilidade do próprio cidadão a ideia de “self empreendedorismo” para sua segurança, responsabilidade de contaminação e gestão da sua saúde, ou seja, de como conduzir a sua vida. O interessante é pensar como o governo federal se utiliza dessa ideia neoliberalista para deslocar a sua responsabilidade frente a crise econômica para os próprios indivíduos, assim como a sua escolha do que deve ser priorizado: a vida (se preservar em casa) ou o capital (se arriscar para ter condições financeiras)? Nessa lógica onde o sujeito é o responsável de si, quem poderia se dar o luxo de ficar em casa?

Para os neoliberais, o trabalho engloba o que eles entendem ser como capital, que seria uma fonte de renda futura (as competências que o ser humano pode englobar no decorrer de sua vida), e uma renda, que nada mais seria do que o salário que se recebe ao se exercer o trabalho (FOUCAULT, 2008). A análise e melhoramento (ou adequação) de práticas como educação familiar, higiene, saúde e entre variadas outras, por parte do ser humano, para aumentar o valor econômico que este pode produzir ao trabalhar pode ser considerado como o objetivo na teorização do capital humano.

O neoliberalismo deseja apenas corpos rentáveis, rechaçando aqueles que não querem empreender ou hiperconsumir, visto que o consumo ordinário se torna necessário para subsistência, sendo esses os excluídos (GEFAELL, 2015). Por isso, a relação da instrumentalização do poder em meio às relações sociais reguladas pela biopolítica num cenário de neoliberalismo é essencial, pois:

“o poder só pode ser pensado em termos relacionais, ele não é algo que possa ser definido como um objeto apreensível ou capturável pelas partes que se relacionam, o poder nos é apresentado como uma estratégia que atravessa as relações humanas, sempre conflitivas e tensionais. (FOUCAULT, 1979, p. 33)

No cenário atual, a ideia de necropolítica começa a ganhar destaque. O exercício da soberania pelos elementos de vida e morte (mais especificamente a subjugação da vida pela utilização do poder da morte) é o que se considera como sendo a ideia de necropolítica (MBEMBE, 2016) outra característica chamativa desse tipo de soberania é o uso conjunto dos ideários da biopolítica e o estado de exceção para sua formação e aplicação (MBEMBE, 2016).

A violência necropolítica pode se manifestar de forma ativa ou passiva. As ações necropolíticas ativas são perceptíveis quando se observa uma movimentação, por parte de instituições interligadas ao Estado, para eliminação de corpos específicos. A prática passiva/omissiva se dá quando se observa uma passividade por parte do Estado referente a uma

---

problemática que seja mais gravosa num ou para um conjunto específico de pessoas. (LEAL, NETO, 2021)

O papel do neoliberalismo é tanto de eliminar corpos abjetos de maneira explícita, quanto eliminar os corpos indesejados por meio de uma violência dissimulada, visto a necessidade da violência em não ser direta (exemplificando não fornecer alimento, moradia e cuidados sanitários) e para não gerar o risco de uma empatia de uma parcela da população por esses corpos ditos excluídos (GEFAELL, 2015).

Por isso, fala-se nesse contexto, que os discursos proferidos pelo governo federal, em especial pela figura midiática e atual presidente Jair Messias Bolsonaro. Pode ser relacionada com a ideia de Achille Mbembe sobre “Necropolítica”, que descreveria o modo de governos nacionais de diferentes países, incluindo o modelo de governança brasileiro, na gestão e escolha de quem vive e quem morre. Portanto, é possível considerar que:

(...) especialmente no que diz respeito ao enfrentamento dos efeitos econômicos e sociais da pandemia, as discussões giram em torno de uma economia política complexa que envolve classes sociais na disputa por recursos necessários à sobrevivência na crise, recortadas por todas as especificidades das “classes vividas”, isto é, raça ou cor, gênero, e na lógica da pandemia, faixa etária e pré-morbidade (DAVIS, 2011 apud SILVA E SILVA, 2020)

E é nesse cenário que surge o dilema em torno de uma “decisão sobre quem vive e é deixado para morrer”, fazendo operar de forma literal o princípio do que Foucault (1999; 2005) definiu como Biopolítica. Somado a uma perspectiva capitalista neoliberal, que é interpretada também como um “necroliberalismo” (SILVA e SILVA, 2020), ou somente como a Biopolítica da pandemia (HOFF, FRAGA, HOLTZ, 2020), reforçando a ideia de uma escolha e seleção (quem pode se arriscar para morrer, quem deve ser preservado para viver).

As ideias de Necropolítica de Mbembe, o darwinismo social da escolha do mais forte se torna a moeda do capital e vai fazendo a sua seleção natural que de natural nada tem durante a pandemia, imperando a lógica necrocapitalista. “O Covid-19 ratifica e intensifica os efeitos do desemprego, do desamparo e da fome. E aqui a morte será apenas mais uma desculpa” (SANTOS, 2020).

## **O poder do Discurso e Discurso do poder**

---

“Todo discurso é articulado por um saber: saber científico, religioso, mítico, do senso comum, entre outros” (FOUCAULT, 199 apud LEAL, NETO, 2021). Isso posto, todo saber serve às relações de poder, daí a ênfase dada em sua analítica do poder à relação saber/poder. É o saber que servirá de amparo para a sistematização de todo e qualquer discurso. Em vários de seus trabalhos, Foucault (1999) se dedica a apresentar como certos saberes foram instrumentalizados como dispositivos na mediação de conflitos em meio às relações de poder. Sobretudo aqueles saberes que foram convertidos em dispositivos adequados à promoção e reprodução da violência simbólica em práticas autoritárias nos processos de normalização (LEAL, NETO, 2021).

De acordo com Charaudeau (2015), a palavra não é tudo na política, mas não existe política sem palavra), quando abordamos o discurso como instância social, problematizando o movimento de formação de certas representações sociais partilhadas no contexto político nacional. Em seguida, procedemos à análise do “micronível” (idem, 2017), quando nos dedicamos a procedimentos específicos presentes na estratégia “Nós vs Eles” em cada pronunciamento

Quando falamos em discurso, referimo-nos a um fenômeno de significado amplo, construído num determinado contexto sócio-histórico, e que não pode ser confundido com um objeto verbal isolado – um pronunciamento, um texto redigido etc. O discurso é, pois, “uma prática social ou um tipo de comunicação numa situação social, cultural, histórica ou política” (VAN DIJK, 2017, p. 12).

As incertezas, tensões e conflitos provocados por uma crise exigem que os atores políticos se posicionem. Mais do que isso, requerem não apenas palavras, mas também atitudes, aliando as duas atividades humanas consideradas como políticas e constituintes daquilo que Aristóteles (2013) chama de *bios politikos* (vida política): o discurso (*lexis*) e a ação (*práxis*). Uma boa gestão pode contribuir para a consolidação do poder político do governante; na contramão, um mau desempenho pode levar, até mesmo, à execração pública. Em função disso, a prova de fogo passada pelos governantes pode se tornar uma importante munição para os discursos de seus adversários políticos.

Para isso, recorreu-se a conhecimentos acerca do *ethos* discursivo. De acordo com Charaudeau (2015), todo ato de linguagem passa pela construção de uma imagem de si, pois, a partir do momento que um sujeito diz algo, transparece uma imagem daquilo que ele é.

É sob esse prisma que Bourdieu (1989) salienta que o político retira o seu poder ‘mágico’ da confiança que lhe é atribuída por grupos de pessoas. Por isso, o autor

afirma que, na política, “[...] dizer é fazer, quer dizer, fazer crer que se pode fazer o que se diz” (BOURDIEU, 1989, p. 185). Portanto, por ser ancorada em atributos intangíveis, a força do político pode ser rapidamente transformada em fraqueza. Essa constatação pode ser evidenciada principalmente em situações de crise.

As epidemias por seu chamamento ao estado de exceção e pela inflexível imposição de medidas extremas, são também grandes laboratórios de inovação social, a ocasião de uma reconfiguração em grande escala das técnicas do corpo e das tecnologias de poder (FOUCAULT, 2018, p.12)

### **O nós *versus* eles como estratégia de governamentalidade**

Segundo Fairclough, 2008 o discurso também tem o potencial de construir uma “significação de mundo” que constrói sentidos em torno do “Eu” e do “Outro”. Para tanto, temos como principal conduta teórica a Análise Crítica do Discurso (ACD), pela qual concebemos o discurso como uma prática social construtora de sentidos, e o discurso político como um evento comunicativo praticado pelos múltiplos participantes dos processos políticos (VAN DIJK, 2017).

O discurso político manipulador abusa de seu poder para fazer os eleitores “acreditarem ou fazerem coisas que são do interesse do manipulador, e contra os interesses dos manipulados” (VAN DIJK, 2017, p. 234)

E na visão de Laclau (2013), a lógica populista – que é também identificada de forma contraditória no discurso Bolsonarista - cria um movimento de construção discursiva de identidades coletivas em oposição – o povo e seu inimigo, ou o “Eu” e o “Outro”. Ela se dá, portanto, pela existência destes significantes vazios (povo, inimigo), de forma que será pertinente ao indivíduo político, qualquer que seja o governo, a produção de um significado que dará sentido a estes significantes em determinado contexto social: todo governo tende a “homogeneizar um espaço social, essencialmente heterogêneo, vago e impreciso” (FRAGA E HOFF, p. 15).

No caso do contexto de pandemia, o “outro” para Bolsonaro e seus seguidores seria todo aquele que é contrário ao “progresso” do país – no ponto de vista econômico, e que nega a crise sanitária como uma prática negacionista. Portanto, o outro seria os grupos à favor do “fique em casa”, os que crêem, reforçam e não questionam a mortalidade do vírus, os governantes que apoiam a estratégia de quarentena, e a mídia que friza os perigos e avanços do vírus no país – além das críticas a gestão bolsonarista.

### **O Bolsonarismo como Contágio**



Pode-se, pois, dizer que o Bolsonarismo é uma “faceta do autoritarismo brasileiro” ou um “autêntico populismo de direita” (JUNIOR, FARGONI, 2020) que se articula com o neoliberalismo, porque suas características são testemunhadas no cotidiano social do Brasil, produzindo, na visão dos autores “uma pedagogia cotidiana do populismo à direita” (JUNIOR, FARGONI, 2020).

É possível identificar que esse “movimento” tem matriz de fora da sociedade, pois não pertence a ela e revive atributos de ideologias políticas como o fascismo e nazismo para dominação das massas e uma nova subjetividade do cidadão. Cultuam o negacionismo e isso pode ser observado como traço do Bolsonarismo nas marcantes presenças de apoiadores do presidente em manifestações e carreatas ao utilizarem símbolos inspirados no nazismo ou no uso da bandeira da monarquia brasileira remetendo ao desejo da volta do regime político monárquico que se encerrou em 1889 com a Proclamação da República Brasileira.

Os governos fascistas fazem isso para criar a narrativa de que são os verdadeiros herdeiros dessas tradições e que este deve ser o destino de suas nações. Em acréscimo, vale destacar que para os neoliberais o bolsonarismo tornou-se território fértil para finalizar as reformas estruturais e consolidar o regime de acumulação “crescimento econômico com base no endividamento social”. (JUNIOR, FARGONI, p.15. 2020)

E de onde nasce esse movimento? Podemos considerar que há uma aliança que compõe o “nós” com as elites (burguesia e neoliberais): o discurso fascista nutre-se da frustração da classe média, enquanto no Bolsonarismo, essa atinge todas as classes sociais, porém intensifica ainda mais o poder societal nas mãos da burguesia neoliberal. A crise econômica brasileira – antes mesmo da chegada do covid-19, fez com que as pessoas da burguesia se sentissem abandonadas pelo governo e ameaçadas por quem compõe as classes “abaixo”. É daí que se retoma o medo do mito universal de uma “revolução comunista” no Brasil e seus “privilégios” ameaçados. Na Alemanha Nazista, Adolf Hitler, por exemplo, deu o máximo de benefícios para grandes latifundiários, empresários e banqueiros. Os governos de ideologia fascista prometem vantagens para a classe média, porém quem recebe as benfeitorias é a burguesia. Por isso que no âmbito político bolsonarista brasileiro o elitismo faz-se muito presente, seja pela indicação de empresários ou intermediadores do mercado financeiro em funções do governo ou pela adesão ideológica ao governo. “Um forte abraço dialético entre fascistas e neoliberais”

(JUNIOR, FARGONI, 2020). Ainda na pesquisa dos autores, o nacionalismo servil também está presente e se manifesta como:

(...) polo propulsor do fascismo, o nacionalismo é a forma fanática da concepção da história, valores e cultura de um país como soberania acima de outras nações. Porém, no Bolsonarismo ocorre o nacionalismo às avessas, se considera ultranacional, usa muito as cores da nação – o verde e amarelo – mas adota discursos, exemplos e idolatra outros modelos pátrios, tendo nos Estados Unidos seu objeto de vislumbre. Repete-se assim como na propaganda nazista, o intento do governo para seu povo adotar o forte orgulho nacional. No âmbito econômico é exatamente o objetivo não só dos Estados Unidos, mas de todos os países do centro econômico mundial. (JUNIOR, FARGONI, 2020).

Portanto, pode-se inferir que o “nós *versus* outros” no Bolsonarismo é influenciado pelo fascismo na perene ideia de busca pelo inimigo e confrontos. Sem “uma ameaça” o fascismo não existiria, logo o Bolsonarismo também não. Isso porque há nele um ódio entranhado, no presidente e seus seguidores, contra tudo o que é civilizado, expondo a sua outra face: a violência. Este ódio tem origem no início do processo civilizatório do capitalismo. No caso do vírus, a grande arma do grupo bolsonarista é a negação dele, a criação de uma realidade paralela e alheia ao contexto mundial.

Bolsonaro projetou nas universidades a culpa por problemas de origem política, apelando à exceção, à emergência e a uma noção ficcional de inimigo (MBEMBE, 2016). No caso da pandemia podemos recorrer a citação destacada por Maingueneau (2011):

O universo de sentido propiciado pelo discurso impõe-se tanto pelo ethos como pelas “ideias” que transmite; na realidade, essas ideias se apresentam por intermédio de uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser, à participação imaginária em uma experiência vivida. (MAINGUENEAU, 2005, p. 99)

### **Do negacionismo à desobediência**

Por falarmos em fascismo, negacionismo e a estratégia de “nós e eles” é importante também considerarmos os estudos realizados pela autora Hannah Arendt (1995), ao considerar que “falar da verdade é construir sua existência e falar sem ouvir o Outro é o gesto autoritário da exclusão.

Se a verdade de fato é sempre relativa a várias pessoas, em acontecimentos e circunstâncias nos quais muitos estiveram implicados, ela é estabelecida por testemunhas e pousa em testemunhos, mas existe apenas na medida em que se fala dela, sendo política por natureza. (ARENDR, 1995, p.24)

O negacionismo se manteve como estratégia de governamentalidade <sup>8</sup> não apenas no Brasil, a despeito de no país haver resultados mais dramáticos como o alto número de óbitos e infecções mas em outros países, como Estados Unidos (durante a gestão de Trump), Turquemenistão e Bielorrússia, onde houve demonstrações negacionistas, tanto da população quanto de governantes.

Ademais, um dos recursos responsáveis também pela propagação das ideias dos governantes é a propaganda. Muniz (2004) define propaganda como maneira de divulgação de uma crença, uma ideia, uma perspectiva religiosa e/ou política –a priori, sem maiores interesses lucrativos. A propaganda seria para atingir os públicos de maneira mais efetiva –e com convencimento a partir da perspectiva mais ideológica (MUNIZ, 2004). Somando-se a visão de Arendt, podemos compreender que a lógica adotada pelo governo federal em sua campanha traduz:

A eficácia desse tipo de propaganda evidencia uma das principais características das massas modernas. Não acreditam em nada visível, nem na realidade da sua própria experiência; não confiam em seus olhos e ouvidos, mas apenas em sua imaginação, que pode ser seduzida por qualquer coisa ao mesmo tempo universal e congruente em si. O que convence as massas não são os fatos, mesmo que sejam fatos inventados, mas apenas a coerência com o sistema do qual esses fatos fazem parte. O que as massas se recusam a compreender é a fortuitude de que a realidade é feita. (...) a propaganda totalitária prospera nesse clima de fuga da realidade para a ficção, da coincidência para a coerência. A principal desvantagem da propaganda totalitária é que não pode satisfazer esse anseio das massas por um mundo completamente coerente, compreensível e previsível sem entrar em sério conflito com o bom senso” (ARENDR, 1998, p. 400).

### **A campanha “O Brasil não pode parar” e seus desdobramentos**

A análise da campanha “O Brasil não pode parar” evidenciou que os interesses econômicos da elite brasileira se materializaram na peça publicitária do governo Bolsonaro. Os regimes de representação adotados no vídeo reiteraram uma concepção estereotipada sobre as trabalhadoras e trabalhadores autônomos brasileiros, “colocando em relevo reencenações coloniais que aprisionaram as pessoas negras em representações subservientes e submissas”. (SANCHES, MOISÉS, SOUZA, 2020).

---

<sup>8</sup> A governamentalidade é uma análise das práticas de governo tomadas em duas dimensões: uma tecnológica, por meio da qual o governo é analisado como tecnologia, como "conjunto de pessoas, técnicas, instituições e instrumentos para a condução da conduta" dos indivíduos (Miller e Rose, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/qMGJx7MbmWrLvrq39t5H3Fx/?lang=pt>. Acessado em 24/07/21)

Por isso, buscou-se nesta pesquisa evidenciar a relação do discurso do presidente com a veiculação da campanha, nas palavras dele reiteramos o contexto e conceitos analisados anteriormente:

Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos, o sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade. Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa (BOLSONARO apud SANCHES, MOISÉS, SOUZA,2020).

A campanha publicitária “O Brasil não pode parar” foi encomendada pelo governo Bolsonaro como estratégia de convencimento da população de que a economia brasileira não poderia parar, visto que a crise política, institucional e econômica ainda abatia a sociedade.

Figura 1– Imagem da peça #OBrasilNãoPodeParar no Instagram, publicada em março 2020



Fonte: LINDNER, Julia. Planalto lança campanha 'O Brasil não pode parar' contra medidas de isolamento. UOL, 26 mar. 2021. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agenciaestado/2020/03/26/planalto-lanca-campanha-o-brasil-nao-pode-parar-contra-medidas-de-isolamento.htm>. Acesso em: 06 de julho de 2021.

Figura 2 – Print da peça #OBrasilNãoPodeParar no Instagram, publicada em março 2020



Fonte: Tríade, Sorocaba, SP, v. 9, n. 20, p. 218-239, maio 2021227Figura 2–Print da peça #OBrasilNãoPodeParar no Instagram, final de março de 2020Fonte: STF ARQUIVA ações contra campanha “OBrasilNãoPodeParar”. UOL, 08 mai. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/05/08/stf-arquiva-aco-es-contra-campanha-o-brasil-nao-pode-parar.html>. Acesso em: 12 julho. 2020

Para os pacientes das mais diversas doenças e os heróicos profissionais de saúde que deles cuidam, para os brasileiros contaminados pelo coronavírus, para todos que dependem de atendimento e da chegada de remédios e equipamentos, o Brasil não pode parar. Para quem defende a

---

vida dos brasileiros e as condições para que todos vivam com qualidade, saúde e dignidade, o Brasil não pode parar" (locução da campanha de 28 de março de 2020)

Segundo reportagem veiculada na revista *carta capital*<sup>9</sup>, na manhã do dia 28 de março de 2020, a juíza Laura Bastos Carvalho, da Justiça Federal do Rio de Janeiro, concedeu uma liminar que garantiu a suspensão da suposta campanha do governo “O Brasil não pode parar”. O Ministério Público Federal no Rio apresentou a ação para impedir que a comunicação seja veiculada “por rádio, televisão, jornais, revistas, sites ou qualquer outro meio, físico ou digital”. Por meio da liminar, a Justiça Federal também acatou o pedido do MP para que a União não execute neste momento nenhuma campanha que “sugira à população brasileira comportamentos que não estejam estritamente embasados em diretrizes técnicas, emitidas pelo Ministério da Saúde, com fundamento em documentos públicos, de entidades científicas de notório reconhecimento”. Portanto, que convide à uma desobediência civil incitada pelo governo, discursos do presidente e seguidores.

Como repercussão sobre o assunto, por meio de um comunicado emitido na mesma data que a publicação da juíza, a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom) afirmou que “definitivamente, não existe qualquer campanha publicitária ou peça oficial da Secom intitulada ‘O Brasil não pode parar’”. A secretaria ainda tratou como “mentira” e “*fake news*” o que foi divulgado por “determinados veículos de comunicação”. “Não há qualquer veiculação em qualquer canal oficial do governo federal a respeito de vídeos ou outras peças sobre a suposta campanha”, diz a nota. O teor do vídeo, que circula pelas redes sociais, afirma que o isolamento social deve se restringir somente os idosos, um dos principais grupos de risco de contágio da Covid-19.

É preciso proteger estas pessoas e todos os integrantes dos grupos de risco, com todo cuidado, carinho e respeito. Para estes, o isolamento. Para todos os demais, distanciamento, atenção redobrada e muita responsabilidade. Vamos, com cuidado e consciência, voltar à normalidade”. (Declaração da Secom, publicada em 28/03/2020 sobre a campanha)

O presidente Jair Bolsonaro também usou suas redes sociais para defender a ideia, compartilhando o vídeo de uma carreata em Santa Catarina que pedia o fim da

---

<sup>9</sup> Matéria publicada em 28 de março de 2020, acessada em 16 de julho de 2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/em-meio-a-crise-do-coronavirus-planalto-lanca-campanha-o-brasil-nao-pode-parar/>.

---

quarentena. As pessoas, que estavam isoladas dentro de seus carros, buzinaavam e pediam inclusive impeachment de governadores estaduais como João Dória. Quando foi questionado sobre o ato e a repercussão negativa que obteve na internet, o presidente afirmou, no entanto, que iria reverter essa imagem, mostrando que o povo foi “enganado” sobre a propagação do coronavírus.

### **Considerações finais**

O artigo foi um primeiro ensaio conceitual em relação ao movimento de reação e comunicação por parte do governo federal no início da pandemia. Há a intenção de dialogar as teorias catalogadas e contextualizadas por um novo período da pandemia, entendendo as mudanças no discurso do presidente, as iniciativas e estratégias de governamentalidade pelo nós e eles e a prática do “necroliberalismo” que enlaça os conceitos de neoliberalismo, bio e necropolítica como medida adotada em sua gestão. Deve-se considerar que o período da pandemia privilegia em parte o neoliberalismo, ascensão de apps, trabalhos informais. Sendo assim, a burguesia finalmente percebeu, mas não reconhece, que o capital imobilizado em máquinas, equipamentos, insumos e sistemas de computador não gera riqueza. Isto significa dizer que, sem os empregados, o capital torna (Silva, Pereira, 2020) -se inútil. Por fim, a reflexão que nos acompanhará para reflexões futuras é: de que modo um convite a desordem traria a tão proclamada “ordem e progresso” defendida na bandeira e nas comunicações ufanistas do presidente? Quem impede o país do progresso e quem incita a desordem? Há vacina que poderá prevenir os desdobramentos fascistas de um movimento bolsonarista?

### **Referências Bibliográficas**

ARENDDT, Hannah **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Trad. Roberto Raposo.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: UnB, 2008. LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 147 \_\_\_\_\_ . **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002. \_\_\_\_\_ . **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2012. \_\_\_\_\_ . **Os limites da representação; As ciências humanas**. In As palavras e as coisas. São Paulo: Martins Fontes, 1999. \_\_\_\_\_ .

GEFAELL, Clara Valverde. **De la necropolítica neoliberal a la empatía radical: Violencia discreta, cuerpos excluídos y repolitización**. Barcelona: Icaria , 2015.

HOFF, Tânia. **Produção de sentido e publicização do discurso da diferença na esfera do consumo**. In: ROCHA, Rose de Melo; CASAQUI, Vander (Orgs.). Estéticas midiáticas e narrativas do consumo. Porto Alegre: Sulina, 2012 \_\_\_\_\_

**Corpos Discursivos: dos regimes de visibilidade às biossociabilidades do consumo**. Coleção Publicidade e Consumo: UFPE, 2016.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. Tradução: Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LEAL, Ana Christina Darwich Borges e NETO, José Raul Coelho da Silva **Necropolítica, Estado neoliberal e periferia: Uma análise crítica da estrutura socioeconômica e espacial da população periférica de Belém**. Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.5, p.53803-53822 may. 2021

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 edições, 2018a. MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018b.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas: Pontes Editora, 1996.

SANTOS, Claudete Gomes dos; BATISTA, Luís Eduardo; CRUZ, Vanessa Martins da. **Racismo institucional: um desafio para a equidade no SUS?** Saúde soc., São Paulo, v. 16, n. 2, p. 146-155,

SANCHES, Julio Cesar, MOISÉS, Raika Julie Moisés, Rhayller Peixoto da Costa SOUZA, **“O Brasil não pode parar”:** racismo e desigualdade social na campanha publicitária do governo Bolsonaro. Revista Brasileira de História da Mídia, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 96-113, jul./dez. 2020

SILVA JÚNIOR, João dos Reis.; FARGONI, **Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais**. Revista Eletrônica REVEDUC. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/4533>

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

SOUZA JÚNIOR, José Ronaldo de C.; CAVALCANTI, Marco A. F. H.; LEVY, Paulo Mansur; CARVALHO, Leonardo Mello de; MORAES, Marcelo Lima de; GARCIA, Pedro Mendes. **Atividade econômica: revisão das previsões de crescimento**. IPEA, 9 jun. 2020.

VAN DIJK, Teun A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2017.